

Índice de Gini enquanto comparativo de renda em municípios atendidos pelo programa “Mutirão Rural 2021” do Senar-MT

Raphaela de Andrade Narciso

Glauca Miranda Ramirez

Ferdinando Filetto

Taisis Nicole Zuqueti

Matheus Henrique Fontana dos Santos

Aline Regina Piedade

DOI: [10.47573/aya.5379.2.68.25](https://doi.org/10.47573/aya.5379.2.68.25)

RESUMO

A desigualdade social no meio rural tem aumentado no Brasil, principalmente após o início da pandemia de Covid-19 em 2020. O poder público não possibilita políticas suficientes para sanar e/ou amenizar essa desigualdade, o que torna necessário medidas que venham diminuir esse déficit, com uma abordagem, por exemplo de ação social voltada para a população rural. O programa de ação social do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (Senar-MT) Mutirão Rural contribui para a redução das desigualdades visando o exercício da cidadania às pessoas residentes nas comunidades rurais e o acesso a serviços nas áreas de saúde e educação. O objetivo deste trabalho foi verificar a correlação entre o índice de Gini e as ações do “Mutirão Rural 2021” do Senar-MT nos municípios atendidos pelo programa. Um estudo de caso, com uma abordagem descritiva contemplou os serviços prestados as populações de cada localidade. Os dados foram solicitados à instituição responsável pelo programa, onde foram obtidos via entrevistas, utilizados na pesquisa a fim de disseminar a importância social da existência do programa. Foi utilizado o índice de Gini por município e os dados de atendimentos do Mutirão Rural para fazer o teste de correlação de Pearson. Ao observar os resultados obtidos, baseado nos atendimentos oferecidos, o programa auxiliou as comunidades com atendimentos direcionados aos produtores e trabalhadores rurais, além de suas famílias, e pessoas de baixa renda dos municípios, o que possibilitou sua inclusão na sociedade, podendo em breve refletir na queda dos índices de desigualdade social.

Palavras-chave: cidadania. desigualdade social. meio rural.

ABSTRACT

Social inequality in rural areas has increased in Brazil, especially after the beginning of the Covid-19 pandemic in 2020. The government does not provide sufficient policies to remedy and/or alleviate this inequality, which makes it necessary to take measures to reduce this deficit, with an approach, for example, of social action aimed at the rural population. The social action program of the National Rural Learning Service of Mato Grosso (Senar-MT) Mutirão Rural contributes to the reduction of inequalities, aiming at the exercise of citizenship by people residing in rural communities and access to services in the areas of health and education. The objective of this work was to verify the correlation between the Gini index and the actions of the “Mutirão Rural 2021” of Senar-MT in the municipalities served by the program. A case study, with a descriptive approach, contemplated the services provided to the populations of each location. The data were requested from the institution responsible for the program, where they were obtained via interviews, used in the research in order to disseminate the social importance of the existence of the program. The Gini index by municipality and the data from the Mutirão Rural service were used to perform Pearson's correlation test. By observing the results obtained, based on the services offered, the program helped the communities with services aimed at producers and rural workers, in addition to their families, and low-income people in the municipalities, which enabled their inclusion in society, and may soon reflect in the fall of the social inequality indexes.

Keywords: citizenship. social inequality. rural environment.

INTRODUÇÃO

A desigualdade social é oriunda de processos relacionais na sociedade. Define-se “desigualdade social” como um “fenômeno social que diferencia os indivíduos, colocando alguns em condições mais vantajosas que outros” (Desigualdade Social, 2022). Ela condiciona, limita ou prejudica o status e a classe social de uma pessoa ou um grupo e, conseqüentemente, interfere em requisitos primários para a qualidade de vida (Cohen; Kluegel, Kenneth, 1981).

Ao falar sobre desigualdade social, engloba-se diversas áreas específicas. É possível ressaltar o acesso aos direitos de voto, o acesso à educação, saúde, moradia e transporte de qualidade, férias e outros bens e serviços sociais. Além de que também pode ser visto na qualidade da vida familiar e da vizinhança, ocupação, satisfação no trabalho e acesso ao crédito (Cohen; Kluegel, Kenneth, 1981).

Entre as principais causas da desigualdade social, estão a falta de acesso à educação, má distribuição de renda, direitos e oportunidades minimizados e estratificação da sociedade por classes (Nascimento *et al.*, 2020). Com isso, gera-se o aumento da pobreza, má qualidade da alimentação ou até a fome, além de más condições de moradia, falta de saneamento básico, saúde precária, alta taxa de mortalidade infantil, violência e desemprego.

A desigualdade no ambiente rural, mostra uma predominância de produtores pobres ou extremamente pobres no âmbito da agricultura familiar (Aquino, Gazolla, Schneider, 2018). Ao contrário do que se imaginava, o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2012) evidenciou que a situação da grande maioria dos agricultores familiares brasileiros é extremamente precária, evidenciando a grande diferença entre agricultura familiar e agronegócio no Brasil. A agricultura familiar conta com 84% do total de estabelecimentos rurais, totalizando 80 milhões de hectares e empregando mais de 74% da mão de obra. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) reconhece que a agricultura familiar é a forma predominante de agricultura no que se refere a produção de alimentos, e tem um papel socioeconômico, ambiental e cultural importantíssimo (Brasil, 2016).

Um meio utilizado para que a desigualdade no meio rural seja amenizada é através de programas sociais. Eles possibilitam a integração de ações adequadas e específicas para viabilizar o acesso das comunidades rurais a direitos fundamentais e serviços públicos, gerando desenvolvimento sustentável e inclusivo, além do fortalecimento econômico (Brasil, 2016). Segundo Duque (2019) a desigualdade rural se deve ao baixo acesso ao mercado de trabalho, além da alta idade e da baixa qualificação da população.

De acordo com o modelo difusionista proposto por Rogers e Shoemaker (1971), a difusão de inovações é o processo pelo qual as inovações são comunicadas aos membros de um sistema social. O objetivo da difusão é aumentar a eficiência da adoção de inovações que se baseiam em “novas ideias”, de maior produtividade.

Para se ter uma medida da desigualdade social não basta levar em consideração apenas a renda. Outro fator a ser analisado é a qualidade de vida, o que pode ou não depender da renda, porém é sabido que caminham juntas (Porfírio, 2022). Pensando nisso, o estatístico italiano Corrado Gini criou em 1912 o índice ou coeficiente de Gini, uma fórmula que quantifica a desigualdade social, com base na renda.

Os programas de ação social do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Mato Grosso (Senar - MT) levam serviços e cidadania para milhares de pessoas ligadas ao campo nos municípios do interior de Mato Grosso. Os programas oferecem serviços básicos nas áreas de cultura, cidadania e reabilitação, relevantes à comunidade rural e de fácil acesso. Os eventos acontecem em parceria com os Sindicatos Rurais, entidades públicas e privadas (Senar, 2022). Eles são uma porta para a capacitação, tanto na instituição que fornece qualificação especializada como fora da mesma. Com as dificuldades relacionadas a localização e falta de recursos humanos para atender a população dos municípios mais afastados é essencial a atuação do Senar – MT em conjunto com as instituições parceiras.

Entre os programas sociais do Senar, destaca-se o Mutirão Rural. Ao todo são ofertados em torno de 30 tipos de serviços, dentre eles, atendimento médico e odontológico, palestras de orientação para a saúde, fotografia 3x4, emissão e plastificação de documentos. Também são ofertados exames rápidos de glicemia, colesterol e triglicérides. Há ainda atividades lúdicas para as crianças, corte de cabelos, jogos educativos, declaração de Hipossuficiência para gratuidade da 2ª via de documentos e até orientação jurídica. Outros serviços como a emissão de declaração de atividade rural, orientações e encaminhamentos ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) também são oferecidos no programa.

Os serviços podem variar de acordo com o município em função das parcerias. Além dos parceiros estaduais, há também as prefeituras e várias outras instituições. No ano de 2020 as atividades foram suspensas devido a pandemia de Covid-19. Em setembro de 2021, respeitando todas as regras de combate e prevenção à Covid-19, o Senar-MT retomou as atividades do programa especial Mutirão Rural. O objetivo deste trabalho foi verificar a correlação entre o índice de Gini e as ações do “Mutirão Rural 2021” do Senar-MT nos municípios atendidos pelo programa.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Desigualdade e ação social no meio rural

A desigualdade mede a distância entre pessoas (Neri, 2019). As desigualdades são resultado também das instituições e políticas públicas que as modelam, com diferentes dinâmicas e padrões nas regiões e países do mundo, envolvendo diferentes configurações de regras tributárias, legislação trabalhista e características do estado de bem-estar social.

Porém, apesar desse panorama preocupante e de avanços significativos nas pesquisas e estudos descritivos e explicativos sobre o fenômeno, poucos progressos vêm ocorrendo no seu efetivo enfrentamento. O combate ao problema no caso brasileiro tem sido marcado nos últimos anos, sobretudo desde 2015, por retrocessos, tanto nas políticas públicas (Lawson e Martin, 2018; Oxfam Brasil, 2018) quanto nos seus resultados no que tange aos indicadores socioeconômicos (Assouad, Chancel e Morgan, 2018; Neri, 2018).

O Índice de Gini é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (zero) - a perfeita igualdade - até 1 (um) - a desigualdade máxima. Ela aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e vem cumprindo um papel inegável, ao expor uma das faces mais estruturantes do fenômeno, a desigualdade de renda

(Campello, 2018).

Em 2019 o Índice de Gini de Mato Grosso era de 0,506, reduzindo para 0,496 em 2020, e em 2021 para 0,469, estando entre os três Estados menos desiguais do país. Porém, a desigualdade é maior em zonas rurais, sendo que em 2019 o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho per capita estava em 0,655 nas áreas rurais no segundo trimestre, 4% acima do mesmo período de 2014 (0,628), início da recessão. Os indicadores têm como base os micro dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, do IBGE.

Por trás do descompasso de safras recordes no país e os poucos empregos gerados está o agronegócio intensivo, de alta produtividade, automatização e de latifúndios, que demanda mão de obra mais qualificada e escolarizada (Bruno, 2019). Enquanto o agronegócio permite uma participação cada vez maior nas trocas globais e demanda cada vez menos mão de obra, a produção da agricultura familiar permite uma alimentação com menor custo, trazendo efeito sobre o valor da mão de obra geral, e necessita de mais trabalhadores (Marzulo, Heck e Phillip, 2020).

As origens da desigualdade no campo têm muitas dimensões. Entre suas causas, estão a concentração da terra, uma das consequências da migração campo cidade, a degradação do ambiente e a formação de uma elite baseada no latifúndio de monocultura (Aquino, Gazolla e Schneider, 2018). O cenário apontado por Mendonça *et al.* (2015) mostra agricultores familiares em situação de extrema pobreza, sem acesso a assistência técnica, sem documentação, habitando em locais isolados e longe da atuação do poder público. Um número expressivo de pessoas do meio rural permanece sem serem alcançadas por políticas públicas.

Apesar de 2003 a 2014 terem ocorrido políticas e programas que atendiam a população rural, visando a diminuição da desigualdade, políticas de expansão de serviços complexos, particularmente de educação e saúde merecem atenção especial (Marzulo, Heck e Phillip, 2020). Para enfrentar a desigualdade no campo, a estratégia de ações sociais é fundamental para o crescimento social e educacional das pessoas, estimulando o desenvolvimento pessoal que trará reflexos positivos às próprias comunidades (Brasil, 2016).

Lopes *et al.* (2021) relataram a experiência em um projeto de ação social chamado “Mutirão do Bem” na cidade de Montes Claros (MG) no ano de 2021. Tal ação pode demonstrar a extrema necessidade para amenizar situações de miséria e fome, bem como levar conforto às famílias necessitadas.

Maziero *et al.* (2019) com um olhar atento, destacaram que ao meio rural é cabível apenas a função da produção agropecuária e do fornecimento de matéria prima para a indústria e que os projetos destinados ao campo têm focado no aumento da produtividade e renda. Desta forma, o ambiente rural é visto como um mero lugar de relações de trabalho e produção, sem um olhar para a perspectiva humana, social e para a qualidade de vida dos agricultores. Ao falar de qualidade de vida para as pessoas que residem no campo, não se fala simplesmente do aumento de renda como bem-estar, mas sim, de terem os mesmos acessos e condições que moradores da área urbana tem. Fala-se de acesso à saúde, educação, comunicação e lazer, entre outros.

Os princípios gerais de ações realizadas nas comunidades rurais são: a promoção da Justiça social e ambiental, a intersetorialidade entre os agentes de apoio a programas, a interdependência entre campo e cidade e o estímulo a gestão democrática e participativa (Pimenta,

2017).

Famato e Senar – MT

A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) é uma das 27 entidades sindicais de grau superior que integra a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Criada em 1965, a Famato representa todos os Sindicatos Rurais de Mato Grosso e mais de 33 mil produtores. Seu trabalho é focado no desenvolvimento sustentável do agronegócio, produzindo informações estratégicas para orientação, na articulação política institucional e na disseminação de know-how para os produtores rurais (Famato, 2021).

O Sistema Famato é composto por várias entidades, sendo elas: a própria Famato, 93 unidades de sindicatos rurais, o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), o Instituto AgriHub e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

O Senar-MT é uma instituição de ensino rural que leva educação e conhecimento até o campo, integrante do Sistema S, voltada para produtores, trabalhadores rurais e seus familiares. Procuram, por meio de treinamentos e capacitações, mantê-los em sintonia com as exigências do mercado do trabalho, dando oportunidade para especialização e qualificação em diferentes áreas, podendo transformar a vida das famílias produtoras (Senar, 2021).

Para a realização das ações e atividades gratuitas o Senar/MT tem como principal fonte de recursos financeiros a contribuição compulsória de Produtores Rurais Pessoa Física e Pessoa Jurídica, sobre a comercialização de produtos agrosilvipastoris. Os programas de ação social do Senar levam serviços e cidadania para milhares de pessoas ligadas ao campo nos municípios do interior de Mato Grosso. Os programas oferecem serviços básicos nas áreas de cultura, cidadania e reabilitação, relevantes à comunidade rural e de fácil acesso.

O Senar conta com três programas de ação social, sendo eles a equoterapia, o Cine Senar e o Mutirão Rural. O Mutirão Rural leva serviços de saúde, lazer e cidadania a locais de difícil acesso em Mato Grosso. Em um mesmo dia e local, é possível receber atendimento médico, realizar exames preventivos, e solicitar a emissão de documentos. Além de participar de ações culturais e de lazer, que atendem todas as faixas etárias.

METODOLOGIA

Um conhecimento, para ser considerado científico, precisa possuir como característica fundamental a sua verificabilidade, ou seja, é necessário que o pesquisador consiga determinar os métodos que o possibilitaram chegar a esse conhecimento. Em outras palavras, é preciso conseguir identificar as técnicas que o fizeram chegar até determinado resultado. Dessa forma, Gil (2009, p. 8) define o método como sendo “o caminho para se chegar a um determinado fim.” E define, ainda, o método científico como “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.”

O presente trabalho trata de uma pesquisa básica, com abordagem do problema de forma quantitativa. A metodologia escolhida para atingir o objetivo foi a pesquisa de modo descritivo, sendo o campo o local da pesquisa e realizada também por meio bibliográfico, uma vez que esse último se trata da coleta de informações em materiais impressos ou publicados na mídia.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo de caso, com uma abordagem descritiva, sendo representada por meio de gráficos e tabelas. O caráter descritivo, por sua vez, é definido por Matias Pereira (2012) como uma investigação que visa descrever as características inerentes ao grupo ou fenômeno, ou determinar as relações entre variáveis, havendo a padronização de técnicas para a coleta de dados.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas durante os atendimentos em cada localidade, sendo que foram utilizados formulários para a coleta de dados de atendimentos, os quais foram cedidos gentilmente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Mato Grosso (Senar-MT). Os municípios que foram atendidos pelo programa Mutirão Rural no Estado de Mato Grosso em 2021 foram 17: Apiacás, Brasnorte, Campo Novo do Parecis, Cana Brava do Norte, Colíder, Confresa, Diamantino, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Santa Cruz do Xingú, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, São José do Xingú e Sapezal.

Estes dados foram separados para serem apresentados em três categorias: Cidadania, Saúde e Educação. Com o índice de Gini por município e os dados de atendimentos do Mutirão Rural foi realizado o teste de correlação de Pearson, sendo que o índice de Gini é calculado em um somatório da frequência da população pela renda de cada um. A análise correlacional indica a relação entre duas variáveis lineares e os valores sempre serão entre +1, o que significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis, e -1, que significa uma correlação negativa perfeita entre as duas variáveis, ou seja, se uma aumenta, a outra sempre diminui, sendo que 0 indicaria que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra, no entanto, pode existir uma dependência não linear, sendo assim, o resultado deverá ser investigado por outros meios. O sinal indica a direção, se a correlação é positiva ou negativa, e o tamanho da variável indica a força da correlação, sendo que, quanto mais o valor se aproxima de 1 ou -1, maior é a correlação entre as variáveis.

RESULTADO E DISCUSSÕES

O primeiro evento pós pandemia aconteceu no ano de 2021 na Aldeia Salto da Mulher, localizada a 150 quilômetros da cidade de Campo Novo do Parecis. Entre às 08h e 16h, mais de 350 pessoas foram atendidas. Para tal houve várias mudanças na estrutura. Para evitar aglomerações, a equipe do Mutirão foi ampliada e havia pelo menos três pessoas trabalhando na triagem para evitar filas. Além disso, as pessoas atendidas estavam usando máscaras. Nos casos em que a pessoa ia até o atendimento sem a máscara, a organização do Mutirão fornecia.

Conforme a Tabela 1, os atendimentos em cidadania totalizaram 8.099, ficando a plastificação de documentos e a segunda via de certidões com o maior e menor número de atendimentos, sendo 3.333 e 367, respectivamente. Se levarmos em consideração as cidades atendidas, temos São Félix do Araguaia com 705 atendimentos, seguido de Nova Canaã de Norte com 624 e Confresa com 619 atendimentos. Já as cidades com o menor número de serviços prestados foi Campo Novo do Parecis com 151 atendimentos.

Um exemplo de política pública visando a cidadania de trabalhadores rurais é um programa criado em 2004, denominado Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que tinha o objetivo de emitir gratuitamente a mulheres, documentos civis, trabalhistas

e de acesso aos direitos previdenciários através de mutirões de documentação no meio rural (Mendonça e Galindo, 2015).

Os atendimentos em cidadania, são um instrumento importante, como por exemplo a emissão de documentos. Esse serviço é capaz de inserir um público “invisível” aos registros governamentais, promover a inserção no Cadastro Único e nos instrumentos de identificação da agricultura familiar (Guedes *et al.*, 2015). Uma vez feita a documentação, transfere-se ao Estado a responsabilidade de chegar aonde está a população pobre, para incluí-los em uma série de serviços e programas que vão melhorar suas vidas (Costa e Falcão, 2014).

Qualquer que seja a quantidade de emissão de documentos e atendimentos em cidadania, torna o público antes “invisível”, agora um cidadão em potencial com direitos e deveres. Pode-se verificar, que mesmo os serviços menos procurados ou as cidades com os menores números de atendimentos prestados, ainda assim representam um número expressivo de cidadãos alcançados. A princípio foi observado que a cidade com o menor número de atendimentos recebidos – Campo Novo do Parecis – também é a cidade com o menor índice de Gini – 0,4589 – índice este responsável por mensurar a desigualdade social.

No que diz respeito aos atendimentos na área da saúde, podemos verificar de acordo com a Tabela 2 que o serviço mais procurado foi a consulta com oftalmologista, seguido da entrega de óculos de grau e dos atendimentos à saúde indígena, totalizando 1.567, 1.295 e 1.256 atendimentos respectivamente. Ao verificarmos os atendimentos por cidades, Nova Bandeirantes, São Félix do Araguaia e Sapezal destacam-se como as que mais receberam atendimentos, com 672, 536 e 482 serviços prestados.

Pode-se verificar que o número de atendimentos em saúde foi menor do que de cidadania, porém, os serviços oferecidos variam de cada cidade. Isso explica por que vários serviços de saúde se encontram zerados na Tabela 2. Segundo Marzulo, Heck e Phillip, (2020) é necessário um olhar mais atento a disponibilização de serviços de educação e saúde no meio rural, uma vez que são fundamentais para a diminuição da desigualdade social rural.

Em um estudo realizado por Arruda, Maia e Alves (2018) onde compararam a desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbana e rural foi observado uma menor oferta de serviços de saúde nas proximidades rurais, bem como as dificuldades de acesso, que implicaram em maiores custos de deslocamento. Essas dificuldades ficaram mais evidenciadas na população idosa. Este estudo ainda mostrou que metade do percentual dessa diferença entre área rural e urbana era devida às diferenças de composição, especificamente em relação a capacitação (educação).

Os dados do Mutirão Rural de atendimentos em educação apresentados na Tabela 3, mostram uma preferência por educação no trânsito à educação financeira, sendo o total de atendimentos 2.984 e 410 respectivamente. As cidades com maior procura foram Brasnorte e Nova Canaã do Norte com 360 atendimentos e Santa Terezinha com 270. Segundo Campello *et al.* (2018) o principal fator para o desenvolvimento de um país é o investimento em educação. A manutenção da desigualdade em educação é um dos fatores que mais determinam a dinâmica de exclusão e a perpetuação da pobreza.

No caso específico deste estudo, a educação no trânsito é de extrema importância, uma vez que o acesso às áreas rurais se dá por via terrestre. Essa via de acesso terrestre é longa e

difícil por ter vias não asfaltadas e serem polarizadas.

A proximidade ou distância de uma localidade com o centro tem relação direta com a produção e distribuição espacial das desigualdades, a partir do acesso a recursos e capital, sendo a desigualdade maior nas regiões menos desenvolvidas, como Nordeste e Centro Oeste (Arruda, Maia e Alves, 2018). Uma característica fundamental das áreas urbanas é a de possibilitar contatos de forma fácil e frequente para fins de trabalho, negociações, compras e vendas, educação e cultura em virtude da proximidade, o que não ocorre com a área rural. Esta é uma das causas das desigualdades entre área urbana e rural: a centralidade urbana e a polarização das cidades (Marzulo, Heck e Phillip 2020).

Apesar da Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu Artigo 3º assumir a necessidade de redução das desigualdades sociais e regionais (Brasil, 1988), o país segue no ranking internacional como um dos que possui maior concentração de renda. O relatório da Organização das Nações Unidas (Pnud Brasil, 2010) sugere que entre as principais causas da desigualdade social no Brasil - todas decorrentes da má distribuição de renda – estão a falta de acesso à educação de qualidade e dificuldade de acesso a serviços e direitos básicos como saúde. Acesso à saúde gera um reflexo direto das condições socioeconômicas da população (Torres, Lima e Breda, 2020) e a educação é o mais relevante determinante da desigualdade e pobreza (Neri, 2011; Nascimento *et al.*, 2021).

No presente trabalho foram realizados um total de 17.472 serviços pelo programa Mutirão Rural em 2021. O município de São Félix do Araguaia foi o que mais recebeu atendimentos, com um total de 1.467 serviços prestados e índice de Gini 0,6234, seguido por Nova Canaã do Norte e Nova Bandeirantes com 1.384 e 1.327 serviços prestados e índice de Gini 0,5654 e 0,6444, respectivamente.

Os dados coletados refletem a situação da pandemia de Covid-19, o que diminuiu os atendimentos. As pessoas ainda estavam receosas devido à situação, mas ainda assim houve um alcance importante dadas as circunstâncias. Os atendimentos foram prestados a fim de evitar aglomerações, com as devidas medidas de segurança sendo cumpridas de acordo com as orientações da Organização Mundial da Saúde. A pandemia tem exigido readequações das atividades para que o trabalho social siga sendo realizado (Torres, Lima e Breda, 2020).

Ainda em relação a pandemia, vale ressaltar que o índice de Gini no Brasil que já havia aumentado de 0,6003 para 0,6279 entre 2014 e 2019, em 2021 ficou acima de toda a série histórica pré pandemia, alcançando a marca de 0,640. Na metade mais pobre da população, a perda de renda atingiu -21,5%, o que configura o aumento da desigualdade entre a base e a totalidade da distribuição (Neri, 2021).

O índice de Gini por município mais atual se refere ao ano de 2010. Isso porque foi a data do último Censo Demográfico Brasileiro (IBGE, 2010). No trabalho, ao utilizar o teste de correlação de Pearson, foi verificado que há uma correlação fraca entre o índice de Gini por município e número de atendimentos do Mutirão Rural de 2021, ficando os valores em 0,36 para os atendimentos totais, 0,46 para os atendimentos em cidadania, 0,11 para saúde e 0,20 para educação. É possível visualizar nas Figuras 1 a 4 a relação do número de atendimentos e o índice Gini de cada município.

Como apresentado na Figura 1, mesmo alguns municípios apresentando índices de Gini

mais altos que outros, o que indicaria maior desigualdade, é possível verificar, por exemplo, que em São José do Xingú, a quantidade total de atendimentos foi menor, o que elucida a baixa correlação entre as duas variáveis mencionadas.

A relação de atendimentos em saúde e Índice de Gini exposta na Figura 3, apresenta uma correlação entre as variáveis menor que as obtidas nas Figuras 1 e 2, sendo considerada desprezível já que o valor obtido é de 0,11, menor que 0,30. A Figura 4 também revela uma correlação desprezível, já que o valor obtido é de 0,20, o que está dentro da faixa considerada para tal denominação: 0 a 0,30.

Segundo Campello *et al.* (2018) o uso isolado do índice de Gini é insuficiente para explicar o que ocorre com a camada mais pobre da população, por dois motivos: além do índice não captar a realidade das faixas mais baixas de renda e essa população continuar excluída da estatística ou diluída em uma abordagem geral, o nível de exclusão ao qual são submetidos não é somente de acumulação de riquezas e sim do acesso a direitos, bens e serviços produzidos pelo conjunto da sociedade. Podemos assim dizer, que a desigualdade brasileira pode ser ainda maior do que a mensurada nos índices utilizados.

As consequências do não combate às desigualdades sociais é um país com cidadãos cada dia mais miseráveis, infelizes, improdutivos e pensando serem incapazes de reagir (Santos *et al.*, 2019; Silva, 2020). O combate dessas desigualdades por parte do Estado, tem sido insuficiente (Arruda, Maia e Alves, 2018) e esse papel na cooperação não se restringe à governos, mas também podem ser impulsionados por movimentos sociais e organizações da sociedade civil (Brasil, 2016).

Após a implementação de dois programas sociais em famílias rurais no semiárido do Brasil ficou evidenciado que a pobreza extrema estava vinculada à falta de oportunidade, pois após a ajuda social as famílias investiram em projetos produtivos que aumentaram sua renda (Mendonça *et al.*, 2015), porém, isso não é garantia imediata para um fluxo estável de renda (Brasil, 2016).

Destaca-se aqui a importância de projetos de ação social, como o Mutirão Rural, que devolve acesso a serviços de educação, saúde e cidadania a tantos cidadãos necessitados, podendo em breve refletir na queda dos índices de desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho em um estudo de caso, pode relatar a grande quantidade de atendimentos prestados pelo programa Mutirão Rural, oferecido pelo Senar em 2021.

Os serviços prestados a comunidades rurais presentes em diversos municípios de Mato Grosso promoveram a ação social, beneficiando produtores e trabalhadores rurais, bem como pessoas da comunidade rural e de baixa renda, proporcionando a inclusão dessas pessoas na sociedade de forma mais ativa, favorecendo o bem-estar e podendo gerar um possível acesso a maior renda, podendo em breve refletir na queda dos índices de desigualdade social.

Devido a limitação metodológica do estudo de caso em questão, utilizando o índice de Gini para a análise da relação entre a desigualdade social no meio rural e a quantidade de servi-

ços disponibilizados pelo Programa Mutirão Rural, sendo que, Segundo Campello *et al.* (2018) o uso isolado do índice de Gini é insuficiente para explicar o que ocorre com a camada mais pobre da população, ainda assim o estudo pode nortear encaminhamentos.

Como agenda futura de investigação e recomendação, tem-se dois caminhos complementares a seguir. O primeiro envolve a continuidade do acompanhamento das pessoas atendidas, a fim de verificar uma possível alteração de bem-estar, acompanhado a renda gerada. O segundo caminho envolve considerar a ampliação dos serviços prestados, com base na realidade encontrada em cada município.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R., GAZOLLA, M., SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural* [online]. Piracicaba (SP), v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018.

ARRUDA, N. M., MAIA, A. G., ALVES, L. C. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. [s. l.], v. 34, n. 6, p. 1-14, 2018.

ASSOUAD, L.; CHANCEL, L.; MORGAN, M. Extreme inequality: evidence from Brazil, India, the Middle East, and South Africa. *AEA Papers and Proceedings*, [s. l.], v. 108, p. 119-23, 2018.

BRASIL, FAO. Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRUNO, R. A. L. Tempo do Agronegócio no Brasil: Agronegócio, palavra política. In:

BRUNO, R. A. L. Um Brasil ambivalente: Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Seropédica (RJ): EDUR, 2019, p. 113-129.

CAMPELLO, T., GENTILI, P., RODRIGUES, M., HOEWELL, R. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. *Saúde debate*. Rio de Janeiro (RJ), v. 42, n. esp. 3, p. 54-66, 2018.

COHEN, L. E.; KLUEGEL, J. R. & KENNETH, L. Social Inequality and Predatory Criminal Victimization: an exposition and test of a formal theory. *American Sociological Review*. [s. l.], v. 46, n. 5, p. 505-524, 1981.

COSTA, P.; FALCÃO, T. O Eixo de Garantia de Renda do Plano Brasil Sem Miséria. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria. Brasília (DF): MDS, 2014, p. 1-23.

DESIGUALDADE SOCIAL. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desigualdade-social/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

DUQUE, D. Desigualdade cresce mais no meio rural. FGV Social, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/desigualdade-cresce-mais-no-meio-rural/>. Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE MATO GROSSO. Sobre a Famato. Sistema Famato. [s.l.], 2021. Disponível em: <https://sistemafamato.org.br/quem-somos/> Acesso em: 21 de janeiro de 2022

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUEDES, C. M. G., STURM, C. E., PETRARCA, L., GUERESI, S. Brasil sem miséria na reforma agrária: Avanços na inclusão social e produtiva. In: MELLO, J. A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. Brasília (DF): MDS, 2015, p. 70-86.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/SIDRA. Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006). Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação – segunda apuração. Rio de Janeiro (RJ): MPOG/IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. Índice de Gini da renda domiciliar per capita - Brasil. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2010.

LAWSON, M.; MARTIN, M. The commitment to reducing inequality index 2018: a global ranking of governments based on what they are doing to tackle the gap between rich and poor. Development Finance International and Oxfam Report. Cowley: Oxford, 2018.

LOPES, L. A. R., SANTOS, B. A., MATOS, G. O., FONSECA, R. C., JESUS, R. F. F., SANTOS, T. R., PEREIRA, W. S. Projeto Mutirão do Bem: relato de experiência sobre ação social e uso de redes sociais. Humanidades, Montes Claros, v. 10, n. 1, p. 89-93, 2021.

MARZULO, E. P.; HECK, M. A.; FILIPPI, E. E. Desigualdades socioeconômicas no Brasil: dinâmicas territoriais no urbano e no rural. DRd - Desenvolvimento Regional em debate, [s. l.], v. 10, p. 1377–1402, 2020.

MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da Pesquisa científica. 3. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2012.

MAZIERO, C.; GODOY, C. M. T.; CAMPOS, J. R. DA R.; MELLO, N. A. DE. O lazer como fator de permanência e reprodução social no meio rural: estudo do município de Saudade do Iguaçu, PR. Interações, Campo Grande (MT), v. 20, n. 2, p. 509-522, 2019.

MENDONÇA, L. K., GALINDO, E. P. Integração de políticas de desenvolvimento rural e social para inclusão produtiva e superação da extrema pobreza no plano Brasil sem miséria e o cadastro único para programas sociais do governo federal. In: MELLO, J. A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. Brasília (DF): MDS, 2015, p.32-49.

MENDONÇA, L. K.; TAVIRA, G.; FERREIRA, E.; LANGE, R.; OLIVEIRA, L. P.; MOLINA, C. e HORA, K.. A construção de uma política de assistência técnica e extensão rural para superação da extrema pobreza. In: MELLO, J. A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. Brasília (DF): MDS, 2015, p.50-69.

NASCIMENTO, J., GAUTO, M., MESTRINER, M., FERRONI, G., FRANCO, L., MARÇAL, M., MONTEIRO, R., PIRES, T. Desigualdade Social: um panorama completo da realidade mundial. Oxfam Brasil. [s.l.], 2020. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/blog/desigualdade-social-um-panorama-completo-da-realidade-mundial/>. Acesso em: janeiro de 2022.

- NERI, M. C. A escalada da desigualdade – Qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza? Rio de Janeiro: FGV Social, 2019.
- NERI, M. C. Desigualdade de impactos trabalhistas na pandemia. Rio de Janeiro: FVG Social, 2021.
- NERI, M. C. Pobreza e a nova classe média no campo. Rio de Janeiro: FGV Social, 2011.
- NERI, M. Qual foi o impacto da crise sobre pobreza e distribuição de renda. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- OXFAM BRASIL. País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2018.
- PIMENTA, H. Jovens rurais apresentam projetos para desenvolvimento de comunidades em Poconé. Governo de Mato Grosso. [s. l.], 2017. Disponível em: <http://www.agriculturafamiliar.mt.gov.br/-/7577721-jovens-rurais-apresentam-projetos-para-desenvolvimento-de-comunidades-em-pocone>. Acesso em: janeiro de 2022.
- PNUD BRASIL. Relatório do Desenvolvimento Humano 2010: A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Coimbra: Almedina, 2010.
- PORFÍRIO, F. Desigualdade social. Brasil Escola. [s. l.]. 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/desigualdade-social.htm>. Acesso em: janeiro de 2022.
- ROGERS, E. M., SHOEMAKER, F.F.. Communication of Innovation: a crosscultural approach. USA: Ed. Free Press, 1971.
- SANTOS, L. B. dos. Cidadania, desigualdades e reconhecimento: algumas ponderações. CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, [s. l.], n. 29, p. 19, 2019.
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. Sobre o Senar. Sistema Famato. [s.l.], 2021. Disponível em: <https://sistemafamato.org.br/senarmt/>. Acesso em: janeiro de 2022.
- SILVA, N. M. Atuação do psicólogo frente às desigualdades sociais. 2020. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Psicologia, Taubaté, 2020.
- TORRES, L. V. P., LIMA, J. R. T., BREDA, R. L. Pandemia e desigualdade social: Centro de Referência da Assistência Social e o enfrentamento à Covid-19 em Arapiraca/Alagoas. P2P & Inovação, Rio de Janeiro, v. 7, Ed. Especial, p. 161-183, 2020.

APÊNDICE

Tabela 1 - Número de atendimentos de cidadania do Mutirão Rural do Senar realizados em Mato Grosso no ano de 2021 (Senar-MT,2021).

Cidades	Assessoria Defensoria Pública	RG	Foto 3x4	Plastificar Doc.	2ª via de Cert.	Junta Militar	Cad. Saúde de família	Corte cabelo
Apiacás	22	29	112	147	0	45	29	38
Brasnorte	34	33	83	208	20	22	16	48
C. N. Parecis	16	13	30	73	8	1	0	10
C. do Norte	28	30	126	243	59	6	31	40
Colíder	35	45	74	305	0	0	0	17
Confresa	21	34	77	182	57	171	42	35
Diamantino	20	37	85	156	22	0	0	60
Matupá	16	20	86	128	0	116	0	32
N. Bandeirantes	17	40	93	194	0	5	32	40
N. C. do Norte	22	45	87	213	0	170	38	49
Paranaíta	46	60	73	201	0	0	0	42
P. de Azevedo	19	34	83	184	0	176	37	41
S. C. do Xingú	28	30	126	243	59	17	31	40
Santa Teresinha	28	30	98	193	25	49	40	37
S. F. Araguaia	60	35	98	394	34	0	34	50
São J. do Xingú	36	45	57	73	52	0	26	37
Sapezal	39	20	90	196	31	0	74	30
TOTAL	487	580	1478	3,333	367	778	430	646

Tabela 2 - Número de atendimentos de saúde do Mutirão Rural do Senar realizados em Mato Grosso no ano de 2021 (Senar-MT,2021).

Cidades	UASI*	Clínico Geral	Oftalmol.	Óculos de grau	Pressão Arterial	SHMC	Teste Rápido	Vac
Apiacás	45	26	99	87	63	39	0	0
Brasnorte	28	80	99	68	4	50	40	18
C. N. Parecis	50	0	45	41	0	31	0	0
C. do Norte	21	7	101	88	11	41	46	0
Colíder	138	13	93	71	0	34	0	0
Confresa	20	18	82	72	0	43	0	0
Diamantino	0	9	101	83	17	37	164	59
Matupá	20	8	74	61	15	23	0	0
N. Bandeirantes	415	21	97	74	0	35	30	0
N. C. Norte	119	19	100	72	40	50	0	0
Paranaíta	32	0	100	87	16	34	0	0
P. Azevedo	0	17	85	65	0	43	0	0

S. C. Xingú	21	7	101	88	17	44	0	0
S. Teresinha	128	13	92	77	0	40	15	0
S. F. Araguaia	219	16	104	98	21	48	0	30
S. J. Xingú	0	17	99	85	21	52	10	0
Sapezal	0	16	95	78	81	75	117	20
TOTAL	1.256	287	1.567	1.295	306	719	422	127

*UASI: Unidade de Atenção à Saúde Indígena.

** SHMC: Saúde do Homem e Mulher no Campo

Tabela 3 - Número de atendimentos de educação do Mutirão Rural do Senar realizados em Mato Grosso no ano de 2021 (Senar-MT,2021).

Cidades	Educação Financeira	Educação no Trânsito
Apiacás	0	193
Brasnorte	211	149
Campo Novo do Parecis	34	110
Canabrava do Norte	0	208
Colíder	0	158
Confresa	0	83
Diamantino	0	131
Matupá	8	183
Nova Bandeirantes	0	234
Nova Canaã do Norte	23	337
Paranaíta	25	0
Peixoto de Azevedo	14	243
Santa Cruz do Xingú	0	208
Santa Teresinha	26	244
São Félix do Araguaia	0	226
São José do Xingú	69	85
Sapezal	0	192
TOTAL	410	2.984

Figura 1 - Relação de atendimentos totais prestados pelo Mutirão Rural em Mato Grosso em 2021 e o índice de Gini por município. (IBGE, 2010; Senar-MT,2021)

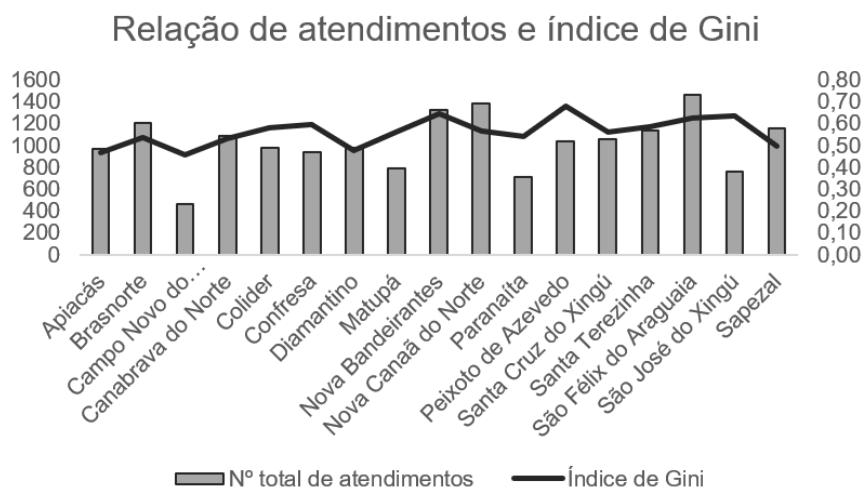


Figura 2 - Relação de atendimentos em cidadania prestados pelo Mutirão Rural em Mato Grosso em 2021 e o índice de Gini por município. (IBGE, 2010; Senar-MT,2021).

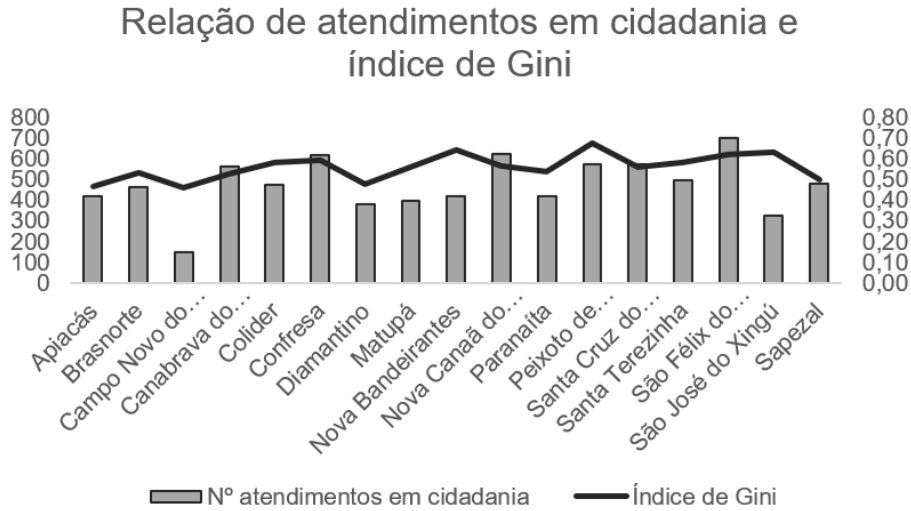


Figura 3 - Relação de atendimentos em saúde prestados pelo Mutirão Rural em Mato Grosso em 2021 e o índice de Gini por município. (IBGE, 2010; Senar-MT,2021).

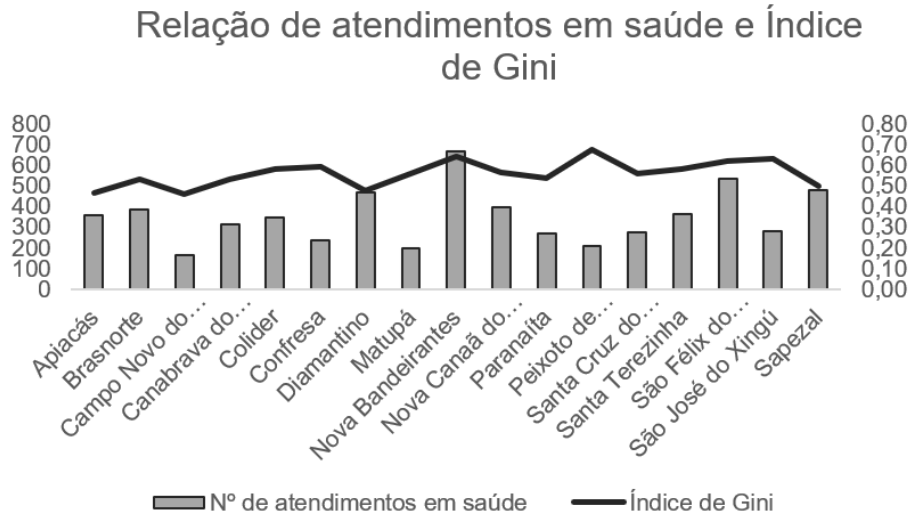


Figura 4 - Relação de atendimentos em educação prestados pelo Mutirão Rural em Mato Grosso em 2021 e o índice de Gini por município. (IBGE, 2010; Senar-MT,2021).

